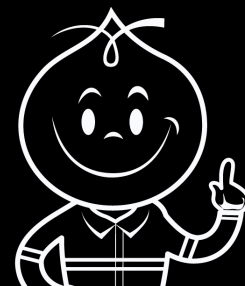


LV 30 anos

DESDE 1988 AO LADO DOS TRABALHADORES



INTERCEL | INTERSUL | JORNAL LINHA VIVA Nº 1411 - 28 DE JUNHO DE 2018

CAMPANHA NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS 2018

ELETOBRAS PÚBLICA BRASIL SOBERANO



- ✓ NÃO À PRIVATIZAÇÃO
- ✓ GARANTIA DE EMPREGO
- ✓ POR UM SETOR ELÉTRICO PÚBLICO, EFICIENTE E PARA TODOS



ASSEMBLEIAS APROVAM FECHAMENTO DO ACT



TRIBUNA LIVRE

POTENCIALIDADES DO BRASIL E RISCOS DO GOLPE CONTINUADO

por José Álvaro Cardoso, economista e Supervisor Técnico do Dieese/SC

As políticas adotadas no Brasil até 2016 (que aliás foram, em boa parte, as motivações do golpe), mesmo que moderadas, foram muito importantes para a melhoria de vida da população. Os ganhos reais do salário mínimo, a melhoria da distribuição de renda, a expansão da rede de ensino público, a ampliação dos gastos com saúde e educação, a elevação do crédito público, a colocação da riqueza do pré-sal a serviço da população (Lei de Partilha), a retirada do Brasil do Mapa da Fome, a geração de milhões de empregos, todas elas políticas realizadas nos marcos legais, tiveram enorme repercussão para o país e para a esmagadora maioria da população.

Tais políticas, além de possibilitarem um apaziguamento social, em regra, tinham custo baixo no orçamento, em termos comparativos. Por exemplo, o que representa o gasto com o Programa Bolsa Família (0,4% do PIB), comparado com o custo elevadíssimo da dívida interna brasileira, de interesse de 10.000 famílias de super ricos? É uma fração absolutamente ridícula. Só se entende a interrupção do processo no Brasil, se levarmos em conta que hoje quem comanda as ações do empresariado é o capital financeiro, que, no mundo todo, é contra até mesmo pequenas melhorias para a maioria da sociedade. O projeto do capital financeiro é extremamente conservador, e contrário ao desenvolvimento e a distribuição de renda. E isso é assim no mundo todo, como se pode observar pelo processo atual de concentração de renda, verificado também nos países centrais do capitalismo.

Com o golpe foi interrompido um processo de construção de um projeto nacional de desenvolvimento, ainda que com uma série de limitações, mas fundamental para o país. Por isso foi atropelado. Essa experiência recente do Brasil, de melhoria dos indicadores,

apesar do desfecho extremamente amargo e de conclusão imprevisível, foi uma amostra de quanto o Brasil pode ser uma grande nação. A partir do momento em que desenvolver uma política soberana, voltada para os interesses da maioria da população, isso tende a acontecer, ainda que não seja algo que irá acontecer naturalmente.

Está havendo reação ao golpe, mas ainda insuficiente. Este, aliás foi um dos aspectos que deu errado, eles imaginavam que a reação seria bem menor. Mas é importante considerar que o golpe não foi somente um problema de fraqueza dos trabalhadores. O inimigo é muito poderoso e esteve por trás dos golpes de Estado no Brasil, pelo menos desde o segundo pós-guerra. Estamos enfrentando o imperialismo norte-americano, em meio a maior crise da história do capitalismo. O império tem que tomar medidas arriscadas e extremas. É uma opção arriscada, claro, porque pode gerar inclusive um salto de qualidade no nível de consciência do povo.

Está havendo uma reação ao golpe, mas ainda insuficiente. Este, aliás, foi um dos aspectos que deu errado, eles imaginavam que a reação seria bem menor. Mas é importante considerar que o golpe não foi só um problema de fraqueza dos trabalhadores. O inimigo é poderoso

O imperialismo sabe disso, e por isso arrisca na América Latina e em outras partes do mundo. Na América do Sul, região que o imperialismo considera seu quintal geopolítico, a situação pode se agravar muito. Na próxima terça-feira, 26.06, está chegando ao Brasil o vice-presidente dos Estados, Mike Pence, que deve trazer para discussão com o governo golpista temas estratégicos, de toda ordem. Um dos assuntos, ao que tudo indica, é uma possível participação do Brasil a um futuro ataque à Venezuela. Por essas e por muitas outras, é muita ilusão imaginar que ações institucionais, via judiciário ou por meio de eleições, encaminhadas de forma isolada, irão dar conta de enfrentar o golpe continuado sob comando do imperialismo.

publicado originalmente no dia 25/06 em facebook.com/joselvarcardoso

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da INTERCEL e da INTERSUL
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 3489/SC) | Conselho Editorial: Wanderlei Lenartowicz
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

ELETOBRAS

ASSEMBLEIAS APROVAM FECHAMENTO DO ACT

Trabalhadores valorizam negociação do Acordo Coletivo de Trabalho e evitam interferência do Tribunal Superior do Trabalho

Ao aprovarem o fechamento do ACT2018 na maioria das assembleias dos sindicatos que compõem o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), os trabalhadores da Eletrobras demonstraram compreender que o Acordo Coletivo de Trabalho é sim uma importante conquista e que não cabe ao Tribunal Superior do Trabalho arbitrar sentença normativa para interferir nas relações de trabalho e, eventualmente, cassar direitos e benefícios conquistados, especialmente neste momento político, em tempos de “golpe”, onde nem mesmo as instituições como o TST estão isentas e o ataque aos trabalhadores vem de todos os setores. Ter um ACT negociado será sempre mais vantajoso para os trabalhadores, pois o documento firmado, enquanto vigente, deverá servir de referência ao próprio TST em tempos futuros, quando um acordo não for mais possível. Diante da conjuntura atual e das tendências atuais do judiciário, o resultado da negociação e o fechamento do ACT2018 deve ser visto pelos eletricitários como uma importante vitória, pois a mobilização e disposição de luta da

categoria demoveu a Eletrobras de sua posição inicial, onde o reajuste proposto era “zero”, mas essencialmente, a empresa tinha a pretensão de destruir a espinha dorsal do Acordo Coletivo de Trabalho com a exclusão de cláusulas fundamentais para os trabalhadores, especialmente as cláusulas de garantia de que Normas de Recursos Humanos e que afetam relações de trabalho, não podem ser alteradas sem negociação coletiva. A única cláusula suprimida pelo acordo, ficou sendo a cláusula que propunha estudos para uma política de transferência entre empresas do setor, que a rigor nunca chegou a ser implementada, pois as transferências sempre foram realizadas de acordo com os interesses das empresas, por meio de cessão de empregados. Neste sentido, a exclusão da cláusula terá repercussão insignificante para os trabalhadores. Por outro lado, ainda que o reajuste acordado não tenha contemplado integralmente as perdas inflacionárias, a concessão integral destas perdas pelo TST em eventual dissídio também é improvável, pois os últimos julgamentos vistos revelam



uma forte tendência de conceder reajustes contemplando apenas parte das perdas, sob o argumento da necessidade de controle dos gastos das Estatais. Aguardar julgamento de dissídio com interferência do TST, definitivamente consiste em risco desnecessário sem perspectiva de ganho significativo, ao passo que

a mobilização e a negociação tem se mostrado mais positiva para os trabalhadores. Além disso, a luta contra a Privatização, no momento, deve ser o foco das ações, onde os trabalhadores e suas entidades representativas devem continuar concentrando seus esforços e sua energia.

CELESC

CARAVANA DA INTERCEL MOBILIZA TRABALHADORES PARA O ACT 2018/19

Intercel percorrerá locais de trabalho mobilizando para Assembleia Estadual

A partir de 9 de julho os trabalhadores da Celsc terão a oportunidade de debater com dirigentes dos sindicatos da Intercel a conjuntura política e econômica em que será negociado o Acordo Coletivo de Trabalho dos celesquianos. Reeditando a tradicional caravana, os sindicalistas “trocarão de base”, oportunizando um debate mais amplo em todo o estado. As dificuldades, os anseios e as necessidades dos trabalhadores são o motor da negociação coletiva, permeada por um cenário bastante conturbado.

Os desdobramentos do golpe de 2016 afetam diretamente a vida dos trabalhadores. Esta será a primeira negociação após

retomando privatizações e aprofundando o abismo da desigualdade. Neste cenário, candidaturas que se põe contra os trabalhadores e as empresas públicas, tanto na esfera Federal quanto na Estadual, se proliferam na disputa ao governo.

Além dos cenários preocupantes, o contexto da negociação do ACT ainda passa pela necessidade de cumprir as metas impostas pela Aneel para a manutenção da concessão e do caráter público da empresa.

Em momentos difíceis como os de hoje, a força dos trabalhadores é expressa na união da categoria em defesa de seus direitos e da empresa pública. Por isso, mais do que nunca, é hora de todos se reconhecerem como trabalhadores eletricitários e participarem ativamente desta data-base. É preciso respeito aos direitos dos eletricitários e reconhecimento do trabalho de excelência prestado à sociedade catarinense. É preciso união em busca de um ACT justo.



PRIVATIZAÇÃO

PRESSÃO DOS ELETRICITÁRIOS IMPEDE VOTAÇÃO DE PRIVATIZAÇÃO DE DISTRIBUIDORAS DA ELETOBRAS

CNE trabalha junto aos deputados de oposição para impedir venda das empresas

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) tem pressionado parlamentares e conseguido impedir a privatização das seis distribuidoras do grupo Eletrobras do Norte e Nordeste do país, localizadas nos estados de Acre, Alagoas, Amazonas, Roraima, Rondônia e Piauí. De acordo com informações da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), o Projeto de Lei 10.332/2018 estava na pauta da Câmara dos Deputados desta segunda-feira (25/6), mas devido à pressão dos trabalhadores somada ao trabalho dos deputados de oposição da Casa isso não ocorreu. Pautado novamente para apreciação dos deputados federais na terça-feira, o projeto foi barrado através da pressão dos representantes dos trabalhadores em conjunto com parlamentares de oposição aos golpistas, impedindo a privatização das distribuidoras.



O projeto de Lei 10.332/18 foi enviado pelo governo Temer ao Congresso e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que cria a Conta de Desenvolvimento Energético, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos

sistemas isolados, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.

REMAR

Remar é mais do que a capacidade de sincronizar braços
é mais do que a força que permeia todo o corpo
Remar é olhar o rio que corre manso ou turbulento
é observar o mar que não cabe em si mesmo
Remar é perceber que não estamos sós
ainda que poucos que não somos suficientes
ainda que muitos
Remar é ter sensibilidade para perceber estrelas
consciência para sacudir o chão
Remar é lutar cada dia exercitando a criatividade que nos anima para a vida
Remar é praticar a solidariedade que nos torna mais humanos
Remar é realimentar a esperança para transformar o áspero cotidiano
Remar é acreditar que um novo mundo é possível!

Por Dinovaldo Gilioli

